

Ministérios aguardam definição

O governo de Itamar Franco é hoje um amontoado de buracos negros. A grande maioria dos Ministérios mantém em branco os seus organogramas, à espera da definição da reforma ministerial pelo Congresso Nacional (o que deverá acontecer no princípio desta semana). Mas, na verdade, segundo assinalam técnicos do governo, o compasso de espera a que foi submetida a administração pública, vai além da espera de aprovação pelo Congresso da medida provisória da reforma administrativa. Ele vem, na realidade, do próprio Palácio do Planalto. A impressão que se tem na área técnica, é a de que o presidente em exercício, Itamar Franco, está esperando o desfecho final do julgamento de Fernando Collor, pelo Senado, para começar, de fato, a ocupar os espaços administrativos.

OU seja, os ministros aguardam a reforma, e o Presidente aguarda o desfecho do Senado no julgamento de Collor. E enquanto isso, a administração pública federal não consegue deslanchar.

Somam-se ainda a esse problema as dificuldades naturais que cada ministro vem sentindo para preencher os quadros mais próximos, por causa dos problemas dos baixos salários na administração pública. Os ministros Gustavo Krause, da Fazenda, e Paulo Hadad, do Planejamento, por exemplo, já desabafaram por diversas

vezes sobre esse tipo de problema, apesar de serem praticamente os únicos que conseguiram preencher os principais postos de comando nas suas pastas, valendo-se de funcionários públicos de carreira, em sua maioria.

Mesmo assim, ainda há muitos pontos negros em suas áreas, como é o caso de toda a diretoria do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ligado à Seplan e de vários secretários adjuntos da Fazenda.

No Ministério do Trabalho, a questão dos buracos negros é mais grave: das seis secretarias previstas no Ministério, apenas uma, a Secretaria Executiva foi preenchida. As demais secretarias (Formação Profissional, Relações de Trabalho, Saúde, Segurança e Higiene do Trabalho, Fiscalização e Emprego e Salários) não foram preenchidas, mesmo porque não foram ainda oficialmente criadas pelo governo. Mais um caso de aguardo da reforma administrativa.

Falta também definir quem vai dirigir a ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e a Fundacentro, e quem vai para a SAF (Secretaria de Administração Federal). Aliás, as incógnitas em torno dessa última secretaria são maiores, pois não há sequer certeza se ela vai ou não permanecer no Ministério do Trabalho. Há quem defende no Congresso a sua transferência para

a Presidência da República.

No Ministério das Minas e Energia, a administração também vem sendo feita na base da interinidade à exceção das direções da Eletrbrás e de Furnas, preenchidas já por escolha do próprio Itamar. Outras grandes estatais do setor, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobrás, e as secretarias de Energia e de Minas e Metalurgia estão entregues aos interinos, sem definição sobre sua continuidade.

Nos Ministérios da Agricultura e da Previdência Social, o quadro também não difere muito. Os dirigentes da Dataprev e do INSS permanecem os mesmos deixados por Reinhold Stephanes e ninguém sabe dizer se eles serão ou não mantidos no cargo. A Diretoria de Administração e Finanças está vaga e todas as superintendências estaduais do INSS ainda estão ocupadas pelo esquema político do PFL, de Stephanes (o ministro Antônio Britto é do PMDB).

Do mesmo modo, os conselhos de Seguridade Social e o Conselho Nacional de Previdência Social estão sem definição quanto aos representantes do governo, enquanto o Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador, erroneamente deslocado para o Ministério do Trabalho (pois tem a função de controlar os benefícios) ficou numa situação de paralisia, pois ninguém sabe sequer a que pasta ele pertence, de fato. (H.R.)